

RESENHA

O ESTADO LATINO-AMERICANO: TEORIA E HISTÓRIA

GRANATO, Leonardo. *O Estado Latino-Americano: teoria e história*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 134p.

*Fabrizio Pereira Aveline de Oliveira*¹

Leonardo Granato é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta resenha trata de seu último livro, *O Estado latino-americano: teoria e história*, publicado pela editora Expressão Popular em 2021. A obra se ocupa do problema das teorizações clássicas e contemporâneas acerca do caráter dependente dos Estados latino-americanos, mobilizando contribuições tanto europeias quanto latino-americanas e propondo uma visão crítica a respeito do fenômeno estatal na região, em uma exposição rigorosa que recupera, sistematiza e faz avançar o atual estado da arte dos estudos sobre sua inserção dependente no mercado mundial.

No primeiro capítulo, *O Estado moderno: percurso teórico*, o autor introduz o debate conceitual em torno do tema do Estado capitalista moderno. Esboça, para tanto, um panorama geral de algumas das principais contribuições da teoria política clássica e contemporânea a respeito da matéria. Em um primeiro momento, um panorama do contratualismo jusnaturalista de Hobbes, Locke e Rousseau e da filosofia do direito público de Hegel; na sequência, em contraste, do marxismo clássico de Marx, Engels e Lenin; por fim, passando por Weber e Gramsci, do marxismo de Louis Althusser e Nicos Poulantzas.

A questão do surgimento do moderno aparelho de Estado é problematizada a partir de uma crítica tanto à perspectiva liberal – que nele enxerga um organismo neutro e impessoal materializado num conjunto de instituições orientadas pelo “bem comum” do povo-nação – quanto a um certo reducionismo – que tende a tomar o Estado como um mero epifenômeno da economia (economicismo) e/ou a enfatizar de maneira unilateral seu caráter repressivo (instrumentalismo) – sugerido nas próprias concepções clássicas do marxismo. Em linguagem simples e direta, Granato mostra que o Estado não é um reflexo mecânico do nível econômico, tampouco age apenas negativamente, isto é, através da coerção física: este é sempre atravessado por interesses particulares de diferentes classes e categorias sociais, cabendo a ele, nesse sentido, um papel central na organização das relações ideológicas de qualquer formação social. Globalmente, tal papel pode ser

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando em Scienze Politiche e di Governo pela Università degli Studi di Milano (UNIMI). E-mail: fabrizio.aveline@icloud.com

apreendido pela concepção, apresentada na obra magna de Poulantzas – *Poder político e classes sociais* – e aqui implícita, do Estado enquanto “fator de coesão social”.

No segundo capítulo, *O Estado latino-americano: debate teórico*, foca-se no problema da máquina estatal no contexto específico da América Latina, que, nos estudos acerca do desenvolvimento capitalista na região, enfatiza-se, foi historicamente tomada “como uma questão dada, [...] não merecedora de ser problematizada ou questionada” (Granato, 2021, p. 55). Recuperando teorias latino-americanas da segunda metade do século XX, notadamente dos anos 1970 em diante, que versam sobre a particularidade do aparelho de Estado no subcontinente – onde teve lugar um capitalismo periférico de gênese histórica não “primitiva”, mas derivada (da expansão do moderno modelo de acumulação de capital oriundo da Europa Ocidental) –, o autor avança abordando a questão de suas “condições constitutivas” próprias: a inserção dependente no mercado mundial, de um lado, e a heterogeneidade estrutural das nações latino-americanas, de outro.

É, assim, desvelada a questão da dependência dos países da região às potências centrais, que se revela em uma inserção no mercado mundial baseada fundamentalmente em uma política exportadora de matérias-primas e importadora de bens manufaturados, e que diz respeito não somente ao Estado, mas também às ordens sociais domésticas em questão, dada a coconstitutividade existente entre o aparelho estatal e as sociedades em que estes estão assentados. Neste caso, com base em Evers, Granato aponta para uma não-correspondência entre infraestrutura e superestrutura, já que o Estado periférico latino-americano encerra “uma amálgama de interesses locais e estrangeiros” (Evers, 1989, p. 81 apud Granato, 2021, p. 76), o que explica o fato de que sua capacidade real de ação se revela sempre subordinada ao capital internacional. Este seria “‘forte’ para dentro (processando os interesses externos que se fazem presentes por meio das burguesias locais) e ‘frágil’ para fora (formalmente soberano, mas, de fato, orgânica e estruturalmente dependente)” (Granato, 2021, p. 79).

No terceiro e último capítulo, *O Estado latino-americano: perpassar histórico*, discute-se, por fim, a questão das diferentes formas assumidas pelo Estado ao longo do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, sempre, na linha do já desenvolvido, dando conta da dinâmica irredutível existente entre política interna e externa. Inicia-se tratando do “desenvolvimento desigual e combinado” que teve início na região partir de sua inserção no mercado mundial – em suma, do legado colonial e do modelo monoprodutivo exportador a ele associado (vastas extensões de terra especializadas na produção primária e voltadas para o mercado externo, a exemplo da monocultura de exportação da cana-de-açúcar no Brasil, a partir do século XVI). Em seguida, apresenta-se

os grandes marcos do período oligárquico e da forma de Estado a ele correspondente (Estado oligárquico), que, a partir da independência política dos países da região, esteve assentado em um modelo econômico agroexportador.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, este modo de acumulação voltado para fora dá em seguida lugar ao modelo de substituição de importações, que se coadunará ao fim da hegemonia britânica e à ascensão do Estados Unidos enquanto a principal potência do globo: em contraste com o Estado de tipo oligárquico típico até os anos 1930, emerge um Estado desenvolvimentista, engajado em um projeto de acumulação capitalista de via industrial. Na sequência, é abordado o caráter autoritário que revestiu tal forma de Estado a partir dos anos 1960, notadamente no caso das ditaduras militares na região. E, por fim, avança-se até um esboço geral acerca do cenário desenhado pelo fim do século XX e início do século XXI, especificamente desde os anos 1990: aquele do chamado Estado neoliberal.

Um dos grandes méritos do trabalho é, sem dúvida, trazer à tona a questão da estruturação da dominância do modo de produção capitalista na América Latina a partir de uma reconstrução dos principais elementos que caracterizam a formação “derivada” de suas sociedades. Fá-lo a partir de uma rica reconstrução bibliográfica que, muito pertinentemente, focaliza o conceito de Estado latino-americano tanto a partir de uma perspectiva estritamente teórica quanto de uma perspectiva teórico-histórica. Sem recair em reducionismos, joga-se luz, destarte, sobre os constrangimentos das dinâmicas do mercado mundial impostas aos aparelhos de Estado latino-americanos.

Granato não ignora a grande fortuna de contribuições do problema da inserção dependente da América Latina e de seu Estado capitalista periférico. Muito pelo contrário. Por outro lado, não as toma como algo “dado”, e, portanto, não passível de ser retomado e retrabalhado a partir de uma perspectiva crítica, como lembra o Prof. Lucio Oliver, da Universidade Nacional Autônoma do México, em seu prefácio à obra. O trabalho do autor, nesse sentido, ilumina, em súpula, essas contribuições, mas não se escusa de avançar no sentido de renovar a discussão acerca do aparelho de Estado latino-americano. Sua leitura é, portanto, indispensável para os estudiosos da geopolítica da região, sendo, ao mesmo tempo, acessível a todos os iniciantes ou interessados no tema – de dentro ou de fora do contexto acadêmico.